



AUREO TOLEDO
(Organizador)

Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais

AUREO TOLEDO

(Organizador)

Perspectivas Pós-coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais

Salvador
EDUFBA
2021

PARA UMA ABORDAGEM FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL¹

LUCIANA MARIA DE ARAGÃO BALLESTRIN

INTRODUÇÃO: UMA LEITURA SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao longo do século XX, a institucionalização das Relações Internacionais (RI) enquanto disciplina acadêmica procurou demarcar objetos de investigação, debates teóricos e preocupações metodológicas que seriam de seu interesse e preocupação específicos. O poder internacional arquitetado em um sistema de anarquia e sobrevivência, a rivalidade cumplice entre realistas e liberais, assim como a fixação de uma linha imaginária entre a política interna e externa, são elementos que constituem a justificativa da identidade e vocação disciplinares das RI. No mito de origem de seu surgimento, os estudantes são levados a crer que a área surgiu de forma quase missionária e voluntarista, buscando exclusivamente a paz das nações no contexto após a Primeira Guerra Mundial. Ainda, a hegemonia epistêmica do positivismo na primeira metade do século XX, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais em geral, procurou

1 Este capítulo foi escrito no início do ano de 2016. Agradeço aos colegas da rede Colonialidades e Política Internacional pelos momentos de convívio, diálogo e trocas, responsáveis por constante inspiração e estímulo para essa discussão no Brasil.

constituir a disciplina das RI em termos reais ou ideais, afinando-a com o discurso científico pretensamente imbuído de objetividade e da neutralidade.

Sabe-se, porém, que a história da institucionalização do conhecimento científico ocidental, apartado em um campo próprio de racionalidade privilegiada, com disciplinas e subdisciplinas, departamentos e institutos, estruturam a dinâmica global da geopolítica do conhecimento e da dependência acadêmica. Particularmente nas Humanidades, a vontade de saber sempre envolve uma vontade de poder – definitivo diagnóstico foucaultiano; e, quando se trata de saber a respeito do “Outro”, essa mesma vontade esteve, em alguns casos, a serviço direto ou indireto da empresa colonial. (SAID, 2007; CONNELL, 2007) Ainda, a própria ciência foi capaz de estabelecer relações coloniais e imperiais próprias no interior do seu desenvolvimento, ainda que associadas a processos correlatos maiores: colonialismo intelectual, imperialismo acadêmico e colonialidade do saber. (LANDER, 2000; ALATAS, 2003)

O entendimento de que nenhuma construção de discursos e práticas científicas é isenta de ideologias, interesses políticos e/ou econômicos, conflitos e disputas por poder, não escapa às RI. Mesmo séculos antes de sua transformação em disciplina, o conhecimento produzido sobre relações internacionais é particularmente associado à ação política concreta dos governos e à tradição filosófica da modernidade europeia. Assim, as RI compartilham com a Ciência Política o interesse pelo poder, pela política e pelo Estado, diferenciando seu olhar sobre o comportamento estatal para fora de suas próprias fronteiras territoriais. É justamente por essa aproximação que a história da institucionalização de ambas disciplinas é entrelaçada – como no caso dos Estados Unidos, Alemanha e, em alguma medida, do Brasil (HERZ, 2002) –, e que a prática, a teoria e a pesquisa em RI são, necessariamente, epistemologicamente comprometidas.

Nos últimos anos, a expansão, profissionalização e autonomia da RI, ocorridas a partir da segunda metade do século XX, projetaram-se como um relevante objeto de investigação em si mesmas. Ainda que esteja cada vez mais presente em diversos países, constituindo diferentes trajetórias de desenvolvimento institucional, a hegemonia anglófona na área a torna pouco representativa em termos globais. (TICKNER; CEPEDA; BERNAL, 2013) A abertura disciplinar ocorrida nos anos 1980 para os debates chamados “pós-positivistas” propiciou, contudo, as condições atuais para um profundo

questionamento do “provincianismo” da RI, em um contexto cada vez mais assimetricamente globalizado. Afinal, não parece razoável que justamente a disciplina que reivindica um caráter internacional distintivo tenha sua produção, divulgação e literatura científicas/acadêmicas concentradas e reverenciadas em pouquíssimos países, universidades e associações profissionais.

Nesse contexto, a estruturação das RI no Brasil ganhou crescente atenção de pesquisadores e profissionais da área desde os anos 1990. Um acúmulo significativo de artigos, pesquisas e trabalhos nacionais oferece um panorama histórico e institucional bastante rico, em termos quantitativos e qualitativos. No país, a década de 1970 simbolizou o início da institucionalização da formação acadêmica da área com seu primeiro curso de graduação na Universidade de Brasília (UnB), sendo que somente a partir dos anos 1990, e principalmente dos anos 2000, houve uma proliferação de cursos de RI, com uma adesão crescente das universidades públicas novas e (semi)periféricas. Encontram-se em funcionamento no Brasil aproximadamente 143 cursos de RI, entre instituições públicas e privadas registradas (MEC, 2016). O fato de a Minuta das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Relações Internacionais recomendarem o ensino “que busque superar o eurocentrismo da historiografia tradicional” (ABRI, 2016, p. 3) é expressivo de uma visão posicionada importante, ainda que seja notável a realidade de um espaço mínimo ocupado pelas teorias pós-positivistas nas grades curriculares e nas disciplinas teóricas obrigatórias em grande parte dos cursos.

Essas observações introdutórias provocam a reflexão de como estudamos, lecionamos, aprendemos e pesquisamos as RI no Brasil hoje. A partir de quais teorias e epistemologias somos (in)formados? Quais são os níveis de independência e autonomia acadêmica em relação aos grandes centros do Norte Global? Qual a posição na geopolítica do conhecimento da RI que ocupam o Brasil em particular e a América Latina em geral? Em que medida os novos cursos, com seus também novos corpos docentes e discentes, têm contribuído para a democratização do acesso e uma visível abertura e oxigenação da disciplina em âmbito nacional? De que forma isso impacta na formação de uma nova geração de internacionalistas no país?

As respostas a estes questionamentos escapam ao propósito deste capítulo, mas tangenciam o entendimento normativo do qual ele parte, isto é, da necessidade de desprovincializar, descolonizar e desmasculinizar as RI.

O caráter inter, trans e multidisciplinar que as RI possuem – dada a natureza dos seus objetos de estudo e investigação, e logo, intervenção – é, em especial, convidativo a esta inflexão epistemológica que a torna mais comprometida com a diminuição das desigualdades entre países e mais representativa de sua diversidade cultural.

O presente capítulo, assim, traz algumas contribuições que o pós-colonialismo e o feminismo oferecem em termos epistemológicos e teóricos, explorando seus encontros, diálogos e colaborações ocorridos a partir dos anos 1980. Essa incursão permite vislumbrar e projetar três diferentes agendas de pesquisa em RI: pós-colonial, feminista e feminista pós-colonial. Quando aplicado às RI, o pós-colonialismo e o feminismo já possuem um acúmulo significativo e crescente de trabalhos desde 1990, sendo comum uma abordagem inter-relacional. Se as duas primeiras abordagens ainda são bastante incipientes no país, a proposição de uma terceira agenda integrada sugere um tratamento necessariamente dialógico entre ambas. O presente capítulo pretende oferecer, assim, algumas considerações contributivas para o movimento de descolonizar o ensino e a pesquisa em RI no Brasil.

PÓS-COLONIALISMO: OBSERVAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

O termo “pós-colonialismo” possui diferentes entendimentos temporais, teóricos e políticos, tendo sido objeto de diversas disputas, debates e críticas acadêmicas em torno de sua definição, especialmente após os anos 1980. Foi neste período que a expressão começou a ser disseminada em importantes universidades anglófonas do Norte Global, sobretudo, nos Estados Unidos e Inglaterra. As críticas geradas em torno do prefixo “pós” apontavam que o termo sugeria a superação do colonialismo, somando-se às outras correntes acadêmicas em voga embaladas pelo “pós” – pós-estruturalismo, pós-marxismo, pós-modernismo. Assim, o pós-colonialismo foi considerado por alguns críticos mais uma corrente da moda incapaz de problematizar o sistema material e econômico do capitalismo – e logo, do colonialismo e do imperialismo –, projetando inclusive uma elite intelectual do Terceiro Mundo no Primeiro Mundo. No contexto da globalização ascendente, neoliberal e multicultural, o pós-colonialismo acabava por se tornar conivente com a narrativa da

pós-modernidade, despolitizando o debate e reforçando a celebração do culturalismo. (AHMAD, 2002; DIRLIK, 1994; MCCLINTOCK, 1992; SHOAT, 1992)

Essa versão mais canônica do pós-colonialismo foi inaugurada em 1978 com a obra definitiva de Edward Said, *Orientalismo*, cujo objetivo consistiu em demonstrar, através da análise discursiva de textos literários e culturais europeus, a invenção do Oriente pelo Ocidente como um estereótipo estratégico para a manutenção do poder colonial e imperial. Nessa versão *mainstream* do pós-colonialismo, o argumento pós-colonial, de fato, foi fortemente influenciado pelos estudos pós-estruturais, pós-modernos, desconstrutivistas, culturais e subalternos indianos. Gayatri Spivak, Paul Gilroy, Stuart Hall, Homi Bhabha, Dipesh Chakrabarty são alguns de seus autores mais representativos. Muitos deles foram filhos e filhas da diáspora de diferentes dinâmicas coloniais do século XX, condição esta que permitiu a inscrição de suas experiências e subjetividades na produção de muitos textos e argumentos pós-coloniais. Não por acaso, a preocupação com a identidade e a subjetividade perpassou todas as gerações do pós-colonialismo: o sujeito colonizado, orientalizado e subalterno como “o Outro” do sujeito imperial europeu. Sob a perspectiva pós-colonial, o colonialismo e a descolonização são fenômenos estruturantes tanto para a vida das colônias quanto das metrópoles.

De forma geral, o pós-colonialismo analisa os impactos do colonialismo nos âmbitos político, cultural, intelectual e psíquico, observando as tensões entre subjetividade, identidade, poder, representação e conhecimento. Como pilares de sustentação da hegemonia da modernidade ocidental europeia, o colonialismo desenvolveu e estimulou ideologias a seu serviço: racismo, eurocentrismo e orientalismo impactaram violenta, e mais dramaticamente, a vida das sociedades e sujeitos colonizadas. (CÉSAIRE; 1978; FANON, 2010) Contudo, a forte crítica pós-estrutural ao essencialismo identitário não permitiu que o pós-colonialismo canônico reproduzisse binarismos antagônicos irreconciliáveis, tal como em sua versão anticolonial; afinal, o encontro colonial produziu resistência, mas também convivência variada entre colonizado e colonizador.

A releitura da colonização e do colonialismo como parte de um processo global, transnacional e transcultural, instiga o estudo das continuidades e descontinuidades do poder colonial. (SHOAT, 1992) Esta construção é fundamental para o entendimento das metamorfoses do colonialismo através da

reprodução da colonialidade. (QUIJANO, 2000) Em uma chave histórica de enfrentamento, o pós-colonialismo pode ser definido de forma mais flexível como “a contestação da dominação colonial e dos legados do colonialismo” (LOOMBA, 2005, p. 16), ou ainda como uma “contra-história do colonialismo”. (GILROY, 2006, p. 657) Ele tornou mais visível a história e o legado do imperialismo europeu em particular, reescrevendo descentrada e diasporicamente as grandes narrativas imperiais do passado. (HALL, 2009)

No entanto, ao privilegiar analiticamente representações culturais, identitárias, psicanalíticas, linguísticas, discursivas e literárias, o pós-colonialismo encontrou nos autores marxistas alguns de seus maiores críticos. Desde aí, a relação entre pós-colonialismo e marxismo tem sido uma relação de amor e ódio, proporcionando até hoje acalorados debates.² Entre os anos 1950 e 1970, o contexto histórico da Guerra Fria estimulou diferentes movimentos pela descolonização, diante o declínio da hegemonia do imperialismo europeu clássico. O empenho direto das Nações Unidas (ONU) neste processo, deu-se no estabelecimento do Comitê Especial para a Descolonização em 1962, cuja missão era supervisionar a Declaração sobre a Concessão da Independência dos Países e Povos Coloniais de 1960.³ O Movimento dos Não-alinhados, composto pelos países do então cunhado “Terceiro Mundo” sinalizava uma tentativa de desvio, uma terceira rota para a modernidade que não o capitalismo, nem o comunismo. (DIRLIK, 2007)

O anticolonialismo revolucionário, as lutas de libertação nacional e os movimentos de independência, sobretudo na África e na Ásia, forneceram o contexto histórico para autores pós-coloniais precursores, reunindo intelectuais, ativistas, artistas, políticos e lideranças que deixaram uma produção

2 Benita Parry, Aijaz Ahmad, Arif Dirlik, e mais atualmente Vivek Chibber, produziram contundentes críticas “materialistas” ao pós-colonialismo.

3 Com metas a cada década para eliminação do colonialismo, o período entre 2011-2020 constitui seu terceiro decênio internacional. Na atualidade, ele reconhece a existência de 16 territórios não autônomos e coloniais. Os territórios não autônomos são: Polinésia Francesa, Gibraltar, Nova Caledônia, Saara Ocidental, Samoa Americana, Anguilha, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimã, Guam, Montserrat, Ilhas Picárnias, Santa Helena, Ilhas Turks e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Toquelau e Malvinas. A grande maioria desses territórios são de caráter insular, sendo que dez territórios estão sob a administração do Reino Unido e três dos Estados Unidos. Recentemente, o Comitê reiterou o pedido de independência de Porto Rico. (UNITED NATIONS, 2014)

dispersa – não necessariamente acadêmica, institucionalizada e disciplinada. Contudo, em um sentido temporal estrito, essa nova condição “pós-colonial” não garantiu um processo completo de descolonização. Em 1965, o pan-africanista Kwame Nkrumah (1965) anunciaava na introdução de seu livro *Neo-Colonialism, Last Stage of Imperialism*: “o neo-colonialismo de hoje representa o final do imperialismo e talvez seu estágio mais perigoso”.⁴ Amílcar Cabral, Che Guevara, Frantz Fanon, Ho Chi Minh, Aimé Césaire e Albert Memmi foram alguns nomes desta geração, fortemente marcada pelo marxismo revolucionário, o pan-africanismo e o pensamento afrodiáspórico.

A partir dos anos 1990, a inclusão tardia da América Latina no debate pós-colonial acentuou a crítica à modernidade, realizando o giro epistemológico decolonial. A inflexão decolonial do pós-colonialismo, construído em grande parte por autores latino-americanos que vivem dentro e fora dos Estados Unidos, foi desenvolvida a partir da dissolução da versão latino-americana do Grupo de Estudos Subalternos (1992-1998) e a formação do programa de investigação Modernidade/Colonialidade em 1998. (BALLESTRIN, 2013) Influenciadas pelas contribuições latino-americanas críticas ao colonialismo, ao mesmo tempo em que pretendia se afastar do cânone pós-colonial, a versão pós-colonial latino-americana construiu seus argumentos com as bases do pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo, grupos indiano e latino-americano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e feminismo latino-americano. (RESTREPO; ROJAS, 2010) Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh, Santiago Castro-Goméz, Arthuro Escobar são alguns expoentes desta renovação do pós-colonialismo no contexto pós-neoliberal da América Latina, estimulada pelos processos de refundação de Estado e do novo constitucionalismo latino-americano, especialmente na Bolívia e no Equador. Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Immanuel Wallerstein e Boaventura de Sousa Santos são interlocutores fundamentais do projeto, que por seu turno, também é alvo de uma série de críticas.

Estes três enquadramentos, fases ou versões do pós-colonialismo tomado em um sentido temporal – *anticolonial, pós-colonial e decolonial* – sugerem a diversidade de contextos geográficos, influências, autores e preocupações,

4 Todas as traduções deste capítulo são livres da autora.

assim como a possibilidade de diferentes genealogias e associações junto ao termo desde os anos 1960 – por exemplo, o entendimento do pós-colonialismo como marxismo terceiro-mundista ou como tricontinentalismo. (KRISHNA, 2009) De certa forma, o pós-colonialismo dos anos 1980 reorganizou o debate terceiro-mundista, apropriando-se posteriormente dos conceitos de Sul e Sul Global. Tanto a categoria “Terceiro Mundo” (anos 1950) quanto a categoria “Sul Global” (anos 1990) são classificações baseadas em uma concepção muito particular da ideia de “desenvolvimento” (ESCOBAR, 2007) – hierarquização operante da colonialidade do poder. Para Nandy (2015, p. 90):

O conceito de Terceiro Mundo não é uma categoria cultural; é uma categoria política e econômica nascida da pobreza, exploração, indignidade e falta de autoestima. O conceito está inextrincavelmente ligado aos esforços de um grande número de pessoas tentando sobreviver, por gerações, a situações quase extremas. Uma utopia terceiro-mundista [...] deve reconhecer esta realidade básica.

Como resistência, o conceito de Terceiro Mundo também foi significado como solidariedade entre os povos que compartilhavam o passado e o presente colonial à época. Mas as identidades que essa categoria mobilizou para a formação de diferentes movimentos ainda estavam alocadas principalmente no âmbito territorial e geopolítico – país, nação, sociedade etc. O feminismo terceiro-mundista, por sua vez, pode ser entendido como um dos resultados visíveis dos encontros e desencontros entre pós-colonialismo e feminismo nos anos 1980.

A vida das mulheres deve ser classificada e condicionada de acordo com seu pertencimento em um Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo? (BULBECK, 1998) Para o feminismo pós-colonial, sim. Em outras palavras, essa fictícia divisão geopolítica impactou na teorização feminista a partir dos anos 1980, em uma direção própria e diferente do feminismo marxista, radical e liberal. De que maneira o (pós)colonialismo criou, estimulou ou reforçou as hierarquias, desigualdades e violências de gênero? A necessidade de um tratamento interseccional entre gênero, etnia, classe e nacionalidade foi assim uma contribuição fundamental do cruzamento das agendas pós-colonial e feminista

para a análise dos diferentes e complexos níveis de subalternidade e subalternização nas e das sociedades pós-coloniais.

PÓS-COLONIALISMO E FEMINISMO: INTERSECÇÕES

A década de 1980 promoveu o encontro dos estudos pós-coloniais e feministas, no contexto da nova divisão entre o Norte e o Sul. (DIRLIK, 2007) Ainda que seja inadequado realizar uma separação rígida entre as fronteiras teóricas/acadêmicas das ativistas/políticas – já que uma das características peculiares do movimento feminista em relação aos outros movimentos sociais reside na sua capacidade de teorizar criticamente sobre si próprio (PINTO, 2010) –, destaca-se para o momento estes dois eixos principais de articulação como frutos produtivos deste encontro.

Apesar de ambas correntes de pensamento possuírem uma trajetória autônoma e uma vocação transdisciplinar, as críticas feminista e pós-colonial compartilham de características e preocupações constitutivas dos movimentos históricos que as estruturaram. Ania Loomba (2005, p. 39) observou que tanto os movimentos feministas quanto os anticoloniais precisaram questionar as ideias dominantes de história e representação, uma vez que a cultura é vista como um campo de conflito entre opressores e oprimidos, no qual a linguagem pode ser uma ferramenta de dominação. Para ambos, a problematização do sujeito ocidental, homem e branco, nos discursos imperialistas europeus é um ponto de partida fundamental. Ainda, intelectuais e ativistas feministas e anticoloniais possuem a perspectiva da transformação social. (LOOMBA, 2005, p. 39)

No plano analítico, ambas epistemologias abalaram os pilares das Humanidades e seu próprio pensamento crítico. Os campos da ciência, literatura e crítica literária foram terrenos iniciais férteis para as análises feministas e pós-coloniais preocupadas com a invisibilidade, o apagamento e a subalternidade dos sujeitos e sujeitas produzidos pelo patriarcado e pelo colonialismo. Não por acaso é a mulher colonizada o sujeito subalterno “por exceléncia” que marcou o paradigmático encontro entre feminismo e pós-colonialismo no influente texto de Gayatri Spivak, a ser comentado mais adiante.

Em um artigo muito elucidativo intitulado “Feminismo e/no Pós-colonialismo”, Deepika Bahri (2013, p. 660) afirma que as contribuições feministas presentes

desde o início do pós-colonialismo canônico o ajudaram a revisar, questionar e complementar suas próprias preocupações. Para ela, as questões de gênero são inseparáveis da crítica pós-colonial. Com efeito, o pós-colonialismo anti-colonial de Frantz Fanon e a análise do discurso colonial inaugurada por Said em *Orientalismo* realizaram reflexões embrionárias sobre a mulher na condição colonial. A reflexão sobre a mulher no pós-colonialismo foi assim introduzida desde uma perspectiva não feminista. Para o crítico literário palestino:

O próprio Orientalismo, além do mais, era uma província exclusivamente masculina; como tantas associações profissionais durante o período moderno, ele via a si e a seu tema com vendas sexistas sobre os olhos. Isso é evidente de maneira particular nos escritos de viajantes e romancistas: as mulheres são em geral criaturas de uma fantasia de poder masculina. Manifestam uma sexualidade ilimitada, são mais ou menos estúpidas e, acima de tudo, insaciáveis. (SAID, 2007, p. 281-282)

O psicanalista martinicano Frantz Fanon, por sua vez, havia dedicado dois capítulos sobre sexualidade em torno da relação entre “a mulher de cor e o branco” e “o homem de cor e a branca” em *Peles Negras, Máscaras Brancas* [1952]. Ainda que o autor tenha sido fundamental para vincular definitivamente racismo e colonialismo, introduzindo questões de gênero e raça, o sujeito colonizado de Fanon foi, sobretudo, o homem negro. Para Loomba (2005, p. 137), a subjetividade feminina não foi adequadamente desenvolvida nas meditações fanonianas; tanto para Freud quanto para Fanon a mulher ainda representava o mistério do “continente negro”.

Para a teoria feminista, a problematização sobre corpo, sexualidade e gênero são fundamentais. Em diálogo com o pós-colonialismo, esta problematização é em geral inserida nos contextos do encontro e da violência colonial. É como se o poder colonial fosse somado ao poder patriarcal; a violência sexual em particular aparece como fundamental para entendermos a violência colonial em geral. O corpo feminino pode ser pensado como o primeiro território a ser conquistado e ocupado pelo colonizador (homem, branco, cristão, europeu e heterossexual). Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares.

Imperialismo, colonialismo e guerras foram em geral empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo” se repete histórica e violentamente.

Quando o corpo e o sexo são unidos nas representações colonialistas, orientalistas e etnocêntricas de uma forma geral, o gênero feminino pode ser fantasiado como a cultura europeia (LOOMBA, 2005) e como os nomes continentais colonizados pela Europa: África, Ásia e América. (MIGNOLO, 2005) O imaginário erótico e sensual do colonialismo, envolvendo sedução e desejo na dimensão sexual da empresa colonial pela posse e pela conquista, criou as representações da ameríndia despudorada, da oriental exótica, da africana fogosa. Contudo, nem todas as mulheres não europeias foram retratadas como desejáveis e passivas em algum lugar do mundo no imaginário desbravador colonial: as “Amazonas” são o exemplo de brutalidade, feminilidade desviante e sexualidade insaciável. (LOOMBA, 2005, p. 131) Ainda, a relação entre nacionalismo e gênero é bastante discutida por pesquisadoras feministas; a mulher como símbolo da nação e da pátria (BAHRI, 2013, p. 661) O “machismo”, sabe-se, coexistiu com muitos movimentos nacionalistas. (LOOMBA, 2005, p. 139)

De acordo com Bahri (2013, p. 663), o feminismo pós-colonial é um campo discursivo dinâmico capaz de questionar as premissas do pós-colonialismo e do feminismo, sendo caracterizado pelo debate, diálogo e diversidade. Analiticamente, a observação sobre “o conluio entre o patriarcado e o colonialismo” (BAHRI, 2013, p. 663) e “a ofensiva combinada contra o mito agressivo tanto da masculinidade nacionalista como imperial” (GANDHI, 2008, p. 98) são caminhos interessantes para pensar o colonialismo e a guerra como masculinidades em disputa.

No aspecto ativista e acadêmico, o pós-colonialismo foi fundamental para estimular uma crítica interna no interior do próprio movimento feminista. A configuração de um profundo antagonismo no interior do movimento feminista vinha já sendo construído paralelamente à sua própria internacionalização no decorrer dos anos 1970, expressando-se com mais evidência na década de 1980. O processo de transnacionalização do feminismo observado nas três últimas décadas e seu estímulo por vários fóruns internacionais – oficiais e informais – e pela estrutura de oportunidades oferecidas pela globalização

projetou desafios em relação à articulação de uma desejada *global sisterhood* entre as mulheres. (MENDOZA, 2002) O desafio pós-colonial foi posto, assim, na prática no interior do movimento feminista.

A crítica ao feminismo ocidental e à construção de “uma” mulher terceiro-mundista foi realizada em 1984 por Chandra Mohanty (2008). Em seu influente e impactante ensaio *“Under western eyes...”*, um dos precursores do feminismo pós-colonial, ela introduz que:

Qualquer discussão sobre a construção intelectual e política dos ‘feminismos de terceiro mundo’ deve tratar dois projetos simultâneos; a crítica interna dos feminismos hegemônicos do ‘Ocidente’, e a formulação de interesses e estratégias feministas baseadas na autonomia, geografia, história e cultura. O primeiro é um projeto de desconstrução e desmantelamento; o segundo, de construção e criação. Estes projetos – o primeiro funcionando de forma negativa e o segundo de forma positiva – parecem contraditórios, mas a menos que seus trabalhos respectivos sejam abordados de forma simultânea, os feminismos de ‘terceiro mundo’ correm o risco de se ver marginalizados e guetizados tanto nas tendências principais (de direita e esquerda) do discurso feminista como no discurso feminista do ocidente. (MOHANTY, 2008, p. 112)

O feminismo terceiro-mundista ou pós-colonial questionou o caráter “colonial” do discurso feminista ocidental ao criar representações estereotipadas da “mulher do terceiro-mundo”, muito distantes das ideias de agência, liberação, emancipação e autonomia feminina. Mohanty chamou atenção para a colonização discursiva acadêmica e de produção intelectual de mulheres do Primeiro Mundo sobre mulheres de Terceiro Mundo. Além de essas próprias categorias serem coloniais, a transformação das “mulheres de Terceiro Mundo” em objeto de pesquisa, interesse e intervenção, sugeriu certo imperialismo do feminismo ocidental. (GANDHI, 1998) Acrescentou ainda que tais estratégias analíticas também podem ser observadas nas

acadêmicas de classe média urbana na África ou Ásia que produzem estudos acadêmicos sobre suas irmãs rurais ou sobre a classe trabalhadora em que assumem suas culturas de classe média como a norma e codificam as histórias e culturas da classe trabalhadora como o Outro. (MOHANTY, 2008, p. 113)

Assumindo que as categorias de “Primeiro” e de “Terceiro” Mundos são problemáticas, a autora expôs seu desenho e recorte de pesquisa que permitiu a aferição da representação de uma “mulher média de Terceiro Mundo”, a qual geralmente é retratada como pobre, ignorante, limitada pela tradição e pela família, em contraparte às mulheres emancipadas, modernas e conscientes de seu corpo e sexualidade. Essas deduções só são possíveis mediante à aceitação de certas premissas etnocêntricas e homogeneizadoras. Sua metodologia permitiu concluir que textos analisados com diferentes graus de sensibilidade e complexidade apontam para representações similares das mulheres do Terceiro Mundo, como vítimas da violência masculina, do processo colonial, do sistema familiar árabe, do desenvolvimento e do código islâmico. Mohanty procura chamar atenção para certo “paternalismo” das feministas ocidentais de diferentes matizes – liberais, radicais, marxistas – em relação às suas “outras” mais abaixo supostamente em uma escala de opressão masculina.

Esta discussão, considerada por suas críticas (geralmente feministas ocidentais) problemas internos ao próprio movimento feminista, foi uma tônica fundamental do feminismo internacional dos anos 1980. Neste sentido, lembra-se da contribuição igualmente influente e impactante de Spivak quando da publicação em 1988 do texto *Pode o subalterno falar?* (2010).

Spivak, ao reconhecer um importante limite do projeto dos estudos subalternos indianos, utilizou de sua particular heterodoxia teórica – marxismo, feminismo, pós-estruturalismo e desconstrutivismo – para investigar as reais possibilidades de autorrepresentação e voz do sujeito subalterno. A maior expressão da noção de violência epistêmica imperial, negligenciada por Michel Foucault, teria sido a tentativa de construção do sujeito colonial justamente como “Outro”. (SPIVAK, 2010, p. 60) O papel dos intelectuais na construção dos sujeitos, apesar das boas intenções, limitou inclusive a noção de sujeito subalterno, insistindo que “o sujeito subalterno e colonizado é irremediavelmente heterogêneo”. (SPIVAK, 2010, p. 73) Spivak chegou a uma conclusão polêmica por seu determinismo: o subalterno, afinal, não pode falar. Ainda que o descentramento do Sujeito da Europa e do Ocidente pelo pós-colonialismo tenha possibilitado o pensamento de outros sujeitos que não europeus, brancos, ocidentais, homens, heterossexuais e proletários, a ideia de sujeito subalterno, para a autora, permanecia como uma ideia do discurso dominante. Ela elaborou de modo crítico a cumplicidade dos intelectuais em transformar

o Outro subalterno como mais um objeto de conhecimento pelo qual se pretende interceder e falar, e que ao final das contas não possui a oportunidade de romper com seu próprio silenciamento.

Avançando na sua proposta, que traz uma noção de “medir silêncios”, a autora coloca provocativamente: “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está mais profundamente na obscuridade”. (SPIVAK, 2010, p. 85) Para Spivak, a condição de ser mulher é a mais representativa do sujeito subalterno, especialmente, no contexto terceiro-mundista.

O feminismo pós-colonial explorou de maneira original as diferentes formas de violência contra a mulher. Ele foi fundamental na construção da agenda internacional no âmbito das Nações Unidas que elevou a violência contra a mulher ao patamar de um problema mundial, comum às mulheres de Norte a Sul. (KECK; SIKKINK, 1998) Não por acaso, a emergência da perspectiva feminista – e em certa medida pós-colonial – nas RI foi responsável por colocar os diferentes tipos de violência contra a mulher na ordem do dia.

PÓS-COLONIALISMO E FEMINISMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Sob a ótica disciplinar das RI, desde o final da década de 1980, os estudos internacionais têm recebido um conjunto de contribuições feministas e pós-coloniais no âmbito dos debates “pós-positivistas”, ainda que não de maneira necessariamente relacionadas. Pelo contrário, ambas perspectivas abriram agendas de investigação paralelas, com pontos de contatos *a priori*, como se viu na seção anterior.

As abordagens feministas e pós-coloniais nas RI recolocam e redimensionam problemas fundamentais para a compreensão das desigualdades globais tanto em um nível micro quanto macroestrutural, sobretudo a partir da década de 1990. É importante notar que as intervenções internacionalistas feministas e/ou pós-coloniais também possuem uma forte inclinação transdisciplinar, ainda que o objetivo de aplicar ambas correntes à disciplina das RI seja francamente anunciado por suas autoras e autores. O pós-colonialismo e o feminismo, lembra-se, possuem uma longa história e trajetória antes mesmo do encontro com as Relações Internacionais como disciplina acadêmica.

Contudo, o caráter transnacional do movimento anticolonial e feminista desde seus primórdios garante o compartilhamento da característica “internacional” com os objetos de estudo típicos das RI. Se por um lado o estudo do “internacional” e do “transnacional” tem escapado ao seu monopólio disciplinar, por outro seu universo empírico tem sido constantemente ampliado.

No contexto intensificado de práticas, dinâmicas e interações inter/transnacionais, as intervenções feministas e/ou pós-coloniais identificam novos problemas, questões e objetos; apontam aqueles encobridos, esquecidos ou silenciados; questionam as RI teórica, metodológica e epistemologicamente. A masculinidade da empresa colonial, a reprodução da guerra e o disciplinamento militar masculino passaram a ser problematizados a partir dos aspectos de gênero; os diferentes tipos de violência aos quais as mulheres são submetidas quando de ocupações, intervenções militares e novas guerras começaram a ser tratadas pela comunidade e agenda internacional; as precárias formas de trabalho estimuladas pela globalização das migrações forçadas, as rotas globais de turismo sexual e a maior vulnerabilidade de exploração das mulheres também ganharam atenção inédita.

Muitas dessas questões – apesar de algumas não serem propriamente novas – começaram a se tornar objeto de preocupação recentemente, sobretudo a partir da internacionalização do movimento feminista nas instituições internacionais e na academia. A própria participação e presença das mulheres na vida da política internacional também se tornou um importante objeto de investigação e intervenção. Assim, de uma maneira geral, o encontro internacional do pós-colonialismo e do feminismo permitiu a ascensão de uma agenda de pesquisa multidisciplinar sobre migrações, trabalho, violência, sexualidade, representação política e identidades, no contexto das diásporas globais contemporâneas.

O livro paradigmático de Cynthia Enloe, *Bananas, beaches...,* publicado originalmente em 1993, constitui a primeira grande contribuição feminista para a área particular das RI. Ela convidou a disciplina a pensar sobre onde estão e quem são as mulheres que movimentam a vida diária da política internacional. Partindo da ideia básica de que “o poder opera para além das fronteiras” (ENLOE, 2014, p. 9), Enloe realizou um exercício metodológico definitivo para a agenda de pesquisa feminista internacionalista contemporânea: ao elevar a nebulosidade das fronteiras do público e do privado para

a arena internacional, a autora deslocou e ampliou as possibilidades da presença e da ausência das mulheres nas relações internacionais. Se o privado é político, então ele também é internacional; das esposas dos diplomatas às trabalhadoras do sexo, as hierarquias de gênero (e sua resistência) atravessam as relações de poder nos mais diferentes espaços públicos e privados – no casamento, em uma discoteca, escritório, indústria...

A agenda feminista em RI foi reforçada com a publicação do artigo-resposta de Cynthia Weber em 1994 ao texto de Robert Keohane, publicado em 1989, ambos no periódico internacional *Millennium*. No artigo, Keohane parte da classificação de tipos de feminismo proposta por Sandra Harding e utilizada por Christine Sylvester, justificando sua simpatia pelo *feminist standpoint* pelo seu potencial analítico. (KEOHANE, 1989) Esse movimento, contudo, teria distorcido o objetivo de Sylvester ao trazer diferentes perspectivas feministas para o debate, uma vez que ele estimulou a escolha de uma única opção. (WEBER, 1994) Para a autora, apesar das boas intenções, Keohane ao utilizar sua autoridade disciplinar reconhecida, acabou por legitimar somente as boas meninas (*good girls*) do ponto de vista feminista (*feminism standpoint*), propondo-lhe uma aliança junto ao institucionalismo neoliberal para complementar as críticas ao neorealismo. (KEOHANE, 1989; WEBER, 1994)

Desde aí, tem sido muito significativo o acúmulo e o volume de trabalhos que abordam a questão do gênero nas RIs. Nos manuais contemporâneos da área, a corrente “feminista” já possui um espaço garantido no terceiro debate, e em alguma medida também a “pós-colonial”. Como teorias normativas, ambas assumem a impossibilidade de neutralidade epistemológica e teórica, distanciada e imparcial das análises que pretendem efetuar. Possuem, portanto, influências claras do pós-estruturalismo e do (des)construtivismo; também dialogam com a teoria social e política, somando-se ao núcleo da teoria crítica. A normatividade é um rótulo bastante utilizando pelas teorias que se pretendem exclusivamente analíticas e objetivas, como a (neo)realista. Este próprio discurso joga a favor da manutenção do *status quo* disciplinar e, portanto, político, como bem observou Robert Cox em sua conhecida sentença: “teoria é sempre para alguém e para algum propósito”. (COX *apud* BURTHCHILL et. al 2005, p. 21) Acrescenta-se que o recurso à noção das “lentes” tão difundido e aceito pela disciplina também acaba por esterilizar e neutralizar potenciais teóricos ao aludir que as teorias alternativas são uma

questão de ângulo – incapazes de antemão em alcançar o *mainstream* como “a” visão privilegiada.

A realização da incursão das RI no terreno feminista e pós-colonial fez com que a disciplina entrasse no terreno “pós” das discussões sobre identidade, representação e diferença que marcaram a década de 1980 nas Ciências Humanas e Sociais. A noção de que o gênero – e de uma perspectiva *queer* também o sexo (BUTLER, 2014) – é algo culturalmente construído não é, portanto, uma contribuição original das feministas internacionalistas, mas das feministas pós-estruturalistas como um todo. Mas essa percepção é particularmente fundamental para o questionamento realizado sobre as masculinidades e o sistema internacional, a guerra e o militarismo. Ou seja, de uma perspectiva feminista das RI também precisamos entender como as masculinidades são mobilizadas de forma a reproduzir comportamentos que reforçam o sistema da guerra e outras múltiplas formas de violência, inclusive contra os próprios homens.

A violência – ou a possibilidade constante de recurso a ela – é um fenômeno central, recorrente e estruturante do mundo das Relações Internacionais. E, ao privilegiar os homens como os grandes protagonistas da política e do sistema internacional, a correlação entre violência e masculinidades seria assim uma consequência lógica. Parte da literatura feminista de RI aposta em exemplos empíricos para demonstrar afinidades entre mulheres e esforços pela paz. Esta perspectiva, no entanto, é controversa, uma vez que reforça o estereótipo feminino da mulher maternal, cuidadora e sentimental. Ainda que mulheres possam ser fundamentais para a construção de movimentos ou processos pacíficos, a dicotomia essencialista que associa mulher e paz, homem e guerra, trata de maneira superficial as múltiplas possibilidades de masculinidades e feminilidades diante cenários conflituosos.

Como dito, a ascensão do problema da violência sexual contra a mulher na agenda internacional constitui uma das grandes conquistas do movimento feminista global nas últimas décadas. A violação dos corpos femininos ocorre nos mais diversos tipos de cenários, bélicos ou pacíficos, públicos ou privados. A construção da ideia do estupro como arma de guerra ao longo dos anos 1990, a revelação e visibilidade do problema das “mulheres de conforto” exploradas pelo exército imperial japonês nos anos 1930, ou ainda mais recentemente, a indústria do turismo e exploração sexual na qual as mulheres são

traficadas como mercadorias, são três exemplos da diversidade de situações nas quais a violência sexual é considerada um grave problema internacional de violação aos Direitos Humanos.

No contexto colonial, masculino e militar, a violência contra a mulher sob todas as suas formas (simbólica, física, sexual) invadiu as esferas privadas e públicas, inclusive, com a própria convivência do Estado conquistador, colonizador e invasor. Particularmente na situação da violência colonial, as mulheres foram expostas como vítimas a situações não vividas pelo homem colonizado. Ainda mais particularmente para a mulher negra, o colonialismo e o imperialismo se utilizaram do racismo na perpetração das violências, inclusive, no âmbito do trabalho forçado e escravo. As feministas negras lembram que este tipo de situação afetou diretamente a própria noção privada e doméstica da “família negra”, na qual a mulher possui um protagonismo tal, ao ponto de relativizar sobre ela a aplicação da estrutura de dominação patriarcal: “Não que desejemos negar que a família possa ser uma fonte de opressão para nós, senão que [...] necessitamos reconhecer que durante a escravidão, nos períodos coloniais [...], a família negra tem sido terreno de resistência política e cultural contra o racismo”. (CARBY, 2012, p. 213)

É possível afirmar que muitas preocupações feministas que adentraram no campo das RI dos anos 1990 em diante exigem um tratamento contíguo ao pós-colonialismo, sobretudo, quando da necessidade de observar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe. É precisamente essa a contribuição distintiva do pós-colonialismo em relação às outras tradições críticas da disciplina. (CHOWDHRY; NAIR, 2002) As opressões de gênero fraturam, em diferentes níveis, as desigualdades (pós)coloniais e as identidades que dela resultam:

Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras. Se, no entanto, essa formulação é deslocada do contexto do Primeiro Mundo para o contexto pós-colonial (que não é idêntico ao Terceiro Mundo), a condição de ser ‘negra’ ou de ‘cor’ perde o significado persuasivo. (SPIVAK, 2010, p. 110)

A conivência entre colonialismo, patriarcado, racismo e eurocentrismo inclinam muitas autoras feministas internacionalistas a dialogarem com

autoras feministas pós-coloniais. As contribuições de Chowdhry e Nair (2002), Petmann (1996), Enloe (2004), Riley e Inayatullah (2006) e Riley e demais autores (2008) evidenciam que o pós-colonialismo e o feminismo são necessariamente complementares para a consolidação de uma agenda em RI preocupada com a contestação analítica das hierarquias e das relações de poder globais. Nesse sentido, a dimensão global do fenômeno colonial e imperial, o protagonismo de agentes sociais que não podem ser reduzidos ao Estado-nação e as metamorfoses do colonialismo e do imperialismo no contexto internacional desde a década de 1960 são notas importantes para pensarmos os diferentes impactos contemporâneos de ambos processos na vida das mulheres. Sob a lógica do neoliberalismo triunfante que desregula e transnacionaliza a exploração econômica, a divisão sexual, internacional e informal do trabalho é acentuada. (BULBECK, 1998)

As desigualdades pós-coloniais, ou seja, aquelas produzidas pelo colonialismo e continuadas após seu término formal, envolvem, portanto, um entrelaçamento complexo de escalas, atores, níveis, campos, processos, agências, intenções e resistências. Ainda que nem todas as desigualdades possam ser explicadas pelo colonialismo, é impossível pensá-lo sem a produção de desigualdades (econômicas, políticas, culturais). O colonialismo, assim, estabeleceu ou reforçou desigualdades globais, entre Estados, povos e pessoas. Assim, se tomarmos o colonialismo e o imperialismo como processos estruturantes da modernidade capitalista desde o século XVI, como estabelecer quando e o que é pós-colonial?

À esta pergunta já exaustivamente debatida por vários autores pós-coloniais foi oferecida uma resposta por Sanjay Seth (2013): “o ‘pós’ na teoria pós-colonial não significa o período ou era ‘depois’ que o colonialismo chegou ao fim, mas ao contrário, significa o período histórico inteiro depois do início do colonialismo”. (SETH, 2013, p. 1) O termo reivindica que a conquista, o colonialismo e o império “não são uma nota de rodapé ou episódio em uma história maior, como aquela do capitalismo, modernidade ou expansão da sociedade internacional, mas são, ao contrário, uma parte central e constitutiva dessa história”. (SETH, 2013, p. 20)

Chama a atenção para o período temporal estendido proposto por Seth em relação ao pós-colonialismo. Ainda que não seja uma definição compartilhada pelos autores pós-coloniais (afinal, o pós-colonialismo seria toda a história do

mundo moderno), o autor procura evidenciar os impactos que o encontro e a violência coloniais geraram para a própria formação do sistema internacional e para a atualidade de seus aproximadamente 200 países. A intervenção pós-colonial nas RI parte, em primeiro lugar, de uma profunda desconfiança e questionamento da narrativa westfaliana da formação do sistema internacional que obscureceu o colonialismo, o imperialismo e a escravidão que o constituiu. (HOBSON, 2013)

O eurocentrismo e o ocidentalismo do sistema internacional reflete, inclusive, na teorização da disciplina e na história que a disciplina conta sobre si. O pós-colonialismo em RI, assim como em outras áreas, convida a uma análise mais arguta da geopolítica do conhecimento que a própria área reproduz. Diferentes autores sustentam a existência de uma divisão global do trabalho que reproduz a lógica da geopolítica colonial e neoliberal: é do Norte global onde a criação de teorias com pretensões universais e explicativas são exportadas, ainda que muitas vezes alimentadas pelas dramáticas experiências do Sul. O pós-colonialismo – assim como as Teorias e Epistemologias do Sul – rejeita a ideia de que a produção teórica válida e aceitável no mundo é somente aquela realizada e autorizada pelas metrópoles; ao mesmo tempo, orientam-se pela democratização radical da construção coletiva e realmente global das Ciências Sociais. (CONNELL, 2015)

A entrada das RI nesta discussão é particularmente provocante por ser justamente ela a disciplina que teria a responsabilidade de amostras mais representativas do que vem a ser o “global”. Um pouco tardiamente, os autores pós-coloniais das RI descobriram que grande parte dos seus edifícios teóricos e empíricos eram representativos do Ocidente. Compreendendo o lugar da Europa e dos Estados Unidos agora como paroquialismo, todo um mundo não ocidental abriu-se aos pés da disciplina, sendo neste sentido que a necessidade e a urgência de descolonizá-la aparece com mais frequência.

Para promover uma agenda de pesquisa pós-colonial e feminista no Brasil, qual tipo de descolonização seria necessário? Não deixa de ser paradoxal que mais uma vez os principais autores do pós-colonialismo precisem lançar seus livros por editoras acadêmicas de prestígio, lecionar nas principais universidades do Norte, publicar nos principais periódicos internacionais da área, expor suas ideias em inglês, para autorizar o debate pós-colonial nas RI. Contudo, tal dinâmica, longe de ser exclusiva da área, é reproduzida em toda a história

do pós-colonialismo desde os anos 1980. Diálogos pós-coloniais sul-sul, em geral, foram e são intermediados e promovidos pelo Norte.

No Brasil ainda são poucos os autores e autoras empenhados nas discussões feministas e pós-coloniais no âmbito disciplinar das RI. A criação da Área Temática de Teorias das Relações Internacionais no âmbito da ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), a abertura de revistas acadêmicas influentes como a *Contexto Internacional* e a criação da Rede “Colonialidades e Política Internacional” em 2013 na PUC-Rio servem de estímulo para o fortalecimento desta agenda de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA UMA ABORDAGEM FEMINISTA E PÓS-COLONIAL DAS RI NO BRASIL

Um retrato histórico e descriptivo do desenvolvimento da área das RI no Brasil indica que sua agenda de pesquisa em RI é parcialmente colonizada e dependente dos grandes centros de produção do conhecimento do Norte Global. Essa parcialidade deve-se, sobretudo, à existência de uma trajetória prévia a respeito do estudo e da pesquisa em RI no país, refletindo ao mesmo tempo reprodução e autonomia quanto à originalidade das agendas de pesquisa. Ainda que seja orientada e informada pelos debates interparadigmáticos hegemônicos da área, a disciplina no Brasil tem comportado brechas e estimulado aberturas. A própria “diáspora” nacional contemporânea dos cursos de graduação e pós-graduação tem tornado a disciplina mais plural e heterogênea, em relação à lógica centrada no eixo Sudeste-Brasília. Observa-se, contudo, que a utilização das teorias contra-hegemônicas no Brasil, incluindo a própria teoria crítica neomarxista, ainda é francamente tímida.

A expansão brasileira da área coincide com a consolidação do debate pós-positivista em âmbito internacional (estadunidense e anglo-europeu). Não é preciso, portanto, que para descolonizar as RI no Brasil se atravesse algum tipo de etapa, ou se contente com os BRICS como representantes do Sul Global, ou ainda se utilize o pós-colonialismo canônico dos anos 1980 como uma grande novidade a ser explorada. Para aqueles que entendem ser preciso descolonizar as RI no Brasil, em primeiro lugar, deve-se de reconhecer as características que lhe permitem atribuir o estatuto de ciência colonizada. Pelo o quê? Por quem? Por quê?

Estes questionamentos incitam a um exercício autorreflexivo da área sobre um leque ampliado em termos de ensino, aprendizagem, pesquisa, extensão; mas, sobretudo, sobre os horizontes normativos da disciplina situada no Brasil e na América Latina. O desinteresse sobre justiça, desigualdade, sub-representação não é algo raro dentre os corpos docente e discente. Da mesma forma, o afastamento naturalizado da aplicação da teoria democrática na prática da política internacional. A sub-representação política das mulheres, seja na vida interna dos Estados ou na sua diplomacia, por exemplo, é uma discussão praticamente ausente das discussões nacionais.

A construção de uma agenda feminista e pós-colonial de pesquisa em RI no Brasil não está livre do enfrentamento de resistências, principalmente, devido à sobrerepresentação masculina de docentes, pesquisadores e autores. É possível ainda que estas perspectivas sejam tratadas como *soft* ou de nula importância para a formação de futuros profissionais. Ainda assim, a insistência nessas abordagens revela a possibilidade de tratamento de novos temas, questões e objetos, não alheios e caros às realidades pós-coloniais brasileira e latino-americana.

A inserção do debate pós-colonial na América Latina e a inserção da América Latina no debate pós-colonial ocorreram especialmente a partir dos anos 1990, sendo a segunda uma consequência da primeira. Esta diferenciação é necessária quando se observa que a discussão acadêmica do pós-colonialismo canônico não contemplou a América Latina. Foi justamente esta percepção que estimulou a incorporação do continente em uma releitura muito própria do pós-colonialismo, cuja devolução e absorção pelo debate global têm ocorrido de maneira paulatina. O subcontinente tem sido protagonista na renovação do interesse teórico, político e normativo sobre a ideia de descolonização, atualizando-a e vinculando-a com um sentido de justiça mais amplo no século XXI.

Viu-se que nem todos os autores pós-coloniais compartem de perspectivas feministas e vice-versa. Por outro lado, elas são mais complementares do que excludentes entre si, sendo capazes de agregar e somar esforços teóricos para análise de determinados fenômenos, processos e objetos. Os desafios de uma abordagem feminista e pós-colonial das RI no Brasil passam pela construção autônoma e original de uma agenda de investigação atenta ao seu papel e lugar, assim como o da própria da América Latina, no sistema-mundo

moderno colonial. Lembra-se de Mariátegui (1928, p. 163), para quem “el descubrimiento de América es el principio de la modernidad: la más grande y fructuosa de las cruzadas. Todo el pensamiento de la modernidad está influido por este acontecimiento”. E, se adotarmos a definição de pós-colonialismo proposta por Seth, estaremos em um lugar privilegiado do mundo para reescrever uma contra-história do sistema internacional, buscando construir um senso de justiça situado entre o pós-colonialismo e o cosmopolitismo, no que há de melhor em sua tradição.

REFERÊNCIAS

- ABRI, Associação Brasileira de Relações Internacionais. Minuta das Diretrizes Curriculares Nacionais. Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: http://www.abri.org.br/informativo/view?TIPO=13&ID_INFORMATIVO=139. Acesso em: 20 fev. 2016.
- AHMAD, A. *Linhagens do Presente*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ALATAS, S. F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, United Kingdom, v. 51, n. 6, 2003.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. *The empire writes back: theory and practice in post-colonial literature*. New York: Routledge, 2002.
- BAHRI, D. Feminismo e/no pós-colonialismo. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 21, v. 2, n. 336, p. 659-688, 2013.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BULBECK, C. *Re-orienting western feminisms: women's diversity in a postcolonial world*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BURCHILL, S.; LINKLATER, A.; DEVETAK, R.; DONNELLY, J.; PATERSON, M.; REUS-SMIT, C.; TRUE, J. *Theories of International Relations*. Palgrave Macmillan: United Kingdom, 2005.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CARBY, H. V. “Mujeres blancas, escuchad!: el feminismo negro y los límites de la hermandad feminina”. In: JABARDO, M. (ed.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

- CÉSAIRE, A. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.
- CHOWDHRY, G.; NAIR, S. (ed.). *Power, Postcolonialism and international relations: reading race, gender and class*. New York: Routledge, 2002.
- CONNELL, R. *Southern Theory*. Polity Press, Cambridge, 2007.
- CONNELL, R. Social Science on a world scale: connecting the pages. *Sociologies in dialogue*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-16, jul./dez. 2015.
- DIRLIK, A. The Postcolonial Aura: Third World Criticism in the Age of Global Capitalism. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 20, n. 2, Winter, p. 328-356, 1994.
- DIRLIK, A. Global South: predicament and promise. Project Muse. *The Global South*, [S. l.], v. 1, n. 1-2, 2007.
- ENLOE, C. *Banana, Beaches and Bases: making feminist sense of international politics*. Los Angeles: University of California Press, 2014.
- ESCOBAR, A. *La invención del tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- FANON, F. *Peles Negras, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
- GANDHI, L. *Postcolonial Theory: a critical introduction*. Austrália: Allen & Unwin, 1998.
- GILROY, P. Multiculturalism and Post-Colonial Theory. In: DRYZEK, J.; HONIG, B.; PHILLIPS, A. (ed.). *The Oxford Handbook of Political Science*. Oxford: Univesity Press, 2006.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- HERZ, M. O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2002.
- HOBSON, J. The other side of the Westphalian order. In: SETH, S. *Postcolonial Theory and International Relations*. Routledge: New York, 2013.
- KECK, M.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders: advocacy networks in international politics*. New York: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, R. International Relations Theory: Contributions of a Feminist Standpoint. *Millennium, Journal of International Studies*, London, v. 18, p. 245, 1989.

KRISHNA, S. *Globalization and Postcolonialism*: hegemony and resistance in the twenty-first century. [S. l.]: Rowman: Littlefield, 2009.

LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LOOMBA, A. *Colonialism/Postcolonialism*. New York: Routledge, 2005.

MARIÁTEGUI, J. C. Obras completas de José Carlos Mariátegui. *La novela y la vida. En el dia de la raza, 1928*. Disponível em: https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/la_novela_y_la_vida/paginas/el%20dia%20de%20la%20raza.htm. Acesso em:

McCLINTOCK, A. The Angel of Progress: Pitfalls of the Term Post-colonialism. *Social Text*: Third World and Post-Colonial Issues, [S. l.], n. 31-32, p. 84-98, 1992.

MEC. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastro e-MEC*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://emece.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 fev. 2019.

MENDOZA, B. Transnational feminism in question. *Feminist Theory*, Canada, v. 3, 2002.

MIGNOLO, W. *La idea de América Latina*. La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2005.

MOHANTY, C. Bajo los ojos de Ocidente: academia feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, L.; CASTILLO, R. (ed.). *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Espanha: Cátedra, 2008. Disponible en: <http://webs.uvigo.es/pmayobre/textos/variados/descolonizando.pdf>.

NANDY, A. A imaginação emancipatória: desafios do século 21. In: CASTRO, L. R. (org.). *A imaginação emancipatória*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

NKRUMAH, K. *Neo-Colonialism, Last Stage of Imperialism*. Afrika, 1965. Disponível em: <http://www.marxists.org/subject/africa/nkrumah/neo-colonialism/>. Acesso em: fev. 2014.

PETTMAN, J. J. *Wordling women*: a feminist international politics. London: Routledge, 1996.

- PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- RESTREPO, E.; ROJAS, A. *Inflexión decolonial*: fuentes, conceptos y cuestionamientos. Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.
- RILEY, R.; INAYATULLAH, N. (ed.). *Interrogating imperialism*: conversations on gender, race and war. London: Palgrave Macmillan, 2006.
- RILEY, R.; MOHANTY, C. T.; PRATT, M. B. *Feminism and war*: confronting US imperialism. New York: Zed Books, 2008.
- QUIJANO, A. “Colonialidad del poder y clasificación social”. *Journal of world-systems research*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.
- SAID, E. *Orientalismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- SETH, S. (ed.). *Postcolonial Theory and International Relations*. Routledge: New York, 2013.
- SHOAT, E. Notes on the “Post-colonial”. *Social Text*, New Haven, EUA, v. 3, n. 31/32, p. 99-113, 1992.
- SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- TICKNER, A.; CEPEDA, C.; BERNAL, J. L. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, SP, v. 2, n. 1, p. 6-47, jan./abr, 2013.
- UNITED NATIONS. *The United Nations and Decolonization*. United States, 2014. Disponível em: <http://www.un.org/en/decolonization/>. Acesso em: mar. 2014.
- WEBER, C. Good Girls, Little Girls, and Bad Girls: Male Paranoia in Robert Keohane’s Critique of Feminist International Relations. *Millenium, Journal of International Studies*, [S. l.], n. 23, 1994.